



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS E FORMAÇÃO DE CADASTRO
RESERVA DA FUNDAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE NITERÓI

EDITAL Nº 01/2023

Cargo: Assistente Social	NÍVEL	TURNO	CÓDIGO
	SUPERIOR	TARDE	131

**CADERNO DE QUESTÕES
INSTRUÇÕES AO CANDIDATO**

- Confira se o **Caderno de Questões** recebido está de acordo com o **Cargo** ao qual está concorrendo. Caso haja divergência, notifique imediatamente ao fiscal. A inobservância deste item poderá implicar na eliminação do candidato.
- Confira se constam do **Caderno de Questões**, de forma legível, **50 (cinquenta)** questões de múltipla escolha, cada uma com 5 (cinco) opções de respostas, sendo apenas uma correta.
- Confira se no **Cartão de Respostas** recebido os seus dados estão corretos. Caso afirmativo, assine-o e transcreva a frase para o exame grafotécnico no campo apropriado. Leia atentamente as instruções para seu preenchimento. No caso de divergência, notifique imediatamente ao fiscal.
- Assinale no **Cartão de Respostas**, com **caneta de tinta azul ou preta**, apenas uma opção, caso contrário, será atribuída pontuação zero à questão da prova que contiver mais de uma resposta assinalada ou nenhuma resposta assinalada, emenda ou qualquer tipo de rasura.
- O tempo disponível para realizar esta prova, incluindo o preenchimento do **Cartão de Respostas**, é de no mínimo, **uma hora e trinta minutos**, e de no máximo, **quatro horas**.
- O candidato só poderá portar sobre a mesa a caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta para preencher o **Cartão de Respostas**, não sendo permitido fazer uso de qualquer outro objeto para assinalar as respostas ou para efeito rascunho.
- **Evite a eliminação no concurso.** Se estiver portando: celular, instrumento auxiliar para cálculo ou desenho, qualquer dispositivo eletrônico que sirva de consulta ou comunicação, mantenha-os acondicionados no envelope de segurança, fornecido pelo fiscal de sala, lacrado e devidamente desligados no caso de aparelhos de comunicação.
- O candidato poderá levar o seu **Caderno de Questões**, faltando **uma hora** para o término da prova, com a devida permissão da equipe de fiscalização.
- É de responsabilidade do candidato entregar ao fiscal de sala, o **Cartão de Respostas** devidamente assinado e com a frase para o exame grafotécnico contida na Capa do Caderno de Questões, transcrita no Campo apropriado. A não entrega implicará a sua eliminação no Concurso.
- No caso de dúvida, solicite esclarecimento à equipe de aplicação.

BOA PROVA

**FRASE A SER TRANSCRITA PARA O CARTÃO DE RESPOSTAS NO
QUADRO “EXAME GRAFOTÉCNICO”**

Feliz daquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.

Cora Coralina

Tópico: Conhecimentos Específicos

01 De acordo com Maria Carmelita Yazbek, em artigo publicado no ano de 2018 no periódico *Serviço Social em Revista*, a hegemonia do capitalismo sob dominância financeira tem radicalizado a questão social e implicado alterações nas políticas sociais que incidem sobre o trabalho profissional do(a) assistente social. Entre as repercussões que esse quadro impõe ao trabalho dos(as) assistentes sociais, está

- (A) a limitação do trabalho profissional a melhorias imediatas das condições de vida dos pobres, servindo tão somente para manter e controlar a pobreza e potencializar a legitimação do Estado.
- (B) a busca de qualificação técnica como estratégia para potencializar a dimensão operativa do trabalho profissional na direção de consolidação do projeto ético-político da profissão.
- (C) a necessidade de adensar a análise do Serviço Social, de suas demandas, suas tarefas e atribuições em si mesmas, de modo a promover a gestão e a implementação das políticas sociais para a garantia da cidadania.
- (D) o reforço do conservadorismo que marca a trajetória histórica da profissão, a partir da construção de referenciais teórico-metodológicos ancorados no idealismo e nas teorias neopositivistas.
- (E) o estabelecimento de projetos de intervenção social para enfrentar a nova questão social, expressa pelo avanço dos processos de desregulamentação do mercado de trabalho e desmonte das políticas sociais.

02 No segundo volume da publicação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), de 2020, intitulada *Atribuições privativas do/a assistente social em questão*, Raquel Raichelis chama atenção para o que ela denomina de “nova” morfologia do trabalho e para a necessidade de se debater seus rebatimentos nas competências e atribuições do(a) assistente social. Entre as transformações pelas quais vem passando o mundo do trabalho, está

- (A) a erosão do trabalho de base toyotista que perdurou na chamada era de ouro do capitalismo global, com sua substituição por processos flexíveis que estimulam a concorrência, a intensificação da expropriação do trabalho e o papel regulador do Estado capitalista.
- (B) a ampliação do número de trabalhadores(as) de baixa qualificação contratados(as) com o objetivo de reduzir os custos do trabalhador, ao mesmo tempo em que delega aos próprios trabalhadores e às suas famílias a responsabilidade de sua manutenção e reprodução social.
- (C) a reorganização dos processos produtivos e das formas de processamento e organização do trabalho, apoiada em tecnologias de informação e comunicação (TICs) e geradora de processos continuados de flexibilização do mercado de trabalho.
- (D) a retomada do papel do Estado no processo de desenvolvimento econômico, a partir do reconhecimento de que, ao contrário do que prega o neoliberalismo, a intervenção estatal é fundamental para retomar os níveis de emprego e assegurar o trabalho protegido.
- (E) a criação de condições para reprodução social do conjunto da classe trabalhadora, por meio da extensão dos direitos de cidadania aos segmentos excluídos das medidas estatais de proteção social e do incentivo à terceirização, ao empreendedorismo e à economia solidária.

03 Ainda sobre a chamada “nova” morfologia do trabalho e suas repercussões para o trabalho profissional do(a) assistente social, pode-se afirmar, com base em Raichelis (2020), que

- (A) a incorporação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) aos processos de trabalho do(a) assistente social tem favorecido a autonomia profissional e contribuído para a consolidação do projeto ético-político da profissão.
- (B) o processo de incorporação tecnológica pouco tem afetado o trabalho profissional no setor dos serviços sociais, na medida em que esses dependem intensamente da força de trabalho não substituída pelo trabalho morto.
- (C) índices de terceirização e de “pejotização” têm se ampliado na contratação de assistentes sociais em diversos espaços ocupacionais, à exceção dos setores da seguridade social garantidos pelo texto constitucional de 1988.
- (D) há uma tendência de ampliação do mercado de trabalho de assistentes sociais no Brasil, motivada pelos processos de descentralização das políticas sociais e pela expansão das consultorias a movimentos sociais e organizações não governamentais.
- (E) o tripé terceirização, flexibilização e precarização típica, de forma emblemática, a “nova” morfologia do trabalho e está presente nos diferentes espaços ocupacionais onde se inserem os(as) assistentes sociais.

04 Ao analisar as implicações da pandemia da covid-19 para a política social como direito de cidadania, Camila Pereira e Potyara Pereira-Pereira, em artigo publicado na Revista Argumentum no ano de 2021, afirmam que

- (A) a relação metabólica entre capital e Estado tem favorecido a implementação de políticas fiscais regressivas e induzido a renúncia estatal quanto a seu papel garantidor de direitos individuais e sociais, o que, associado à crise sanitária provocada pela pandemia da covid-19, tem produzido elevada insegurança social, principalmente entre a parcela mais pobre da classe trabalhadora.

(B) a democracia vem sendo ameaçada no atual estágio de desenvolvimento capitalista, na medida em que a excessiva proximidade do Estado com as elites financeiras e empresariais tem sustentado a legitimidade do poder político do ente estatal na adoção de medidas fiscais regressivas e na implantação de políticas públicas voltadas à garantia dos mínimos sociais, indispensáveis à reprodução social da classe trabalhadora.

(C) a chegada da pandemia da covid-19 aprofundou a crise do capital em vigência desde os anos 1970, impondo a substituição da lógica da rentabilidade econômica privada pelo paradigma econômico neoclássico, cuja base repousa na fé inabalável no mercado autorregulável como mecanismo perfeito para promover o crescimento econômico ilimitado e, desse modo, prover as condições para o chamado bem-viver.

(D) os impactos da pandemia da covid-19 no Brasil revelaram o grau de destituição e expropriação a que vem sendo submetida a classe trabalhadora, em um país de capitalismo periférico, e têm, de forma dialeticamente contraditória, recolocado a importância do papel do Estado em direção à garantia de direitos sociais e do trabalho protegido, bem como na perspectiva de superação da ordem social vigente.

(E) o Brasil assistiu, durante a pandemia da covid-19, um aprofundamento dos processos neoliberais e um avanço do neoconservadorismo, em que o Estado é chamado a atuar tanto na sustentação da economia quanto na imposição de valores tradicionais a indivíduos e famílias pobres, contribuindo, desse modo, para promover um processo de desmercadorização nunca antes experimentado na realidade brasileira.

05 Ao analisar as origens da profissão de Serviço Social no Brasil e seu significado social na sociedade capitalista, Marilda Iamamoto compreende essa profissão como

- (A) fruto do desenvolvimento histórico de ações de caridade e filantropia que antecederam a profissão e, por isso, as primeiras assistentes sociais eram damas de caridade vinculadas às elites.

- (B) um tipo de especialização do trabalho coletivo inserido na divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial, na lógica de reprodução da sociedade capitalista.
- (C) uma necessidade histórica advinda da pressão da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho, possibilitada pela implantação de políticas sociais beveridgeanas.
- (D) instrumento a serviço da acumulação capitalista, assumindo papel subordinado na divisão sociotécnica do trabalho e participando diretamente na transformação do valor de uso em valor de troca.
- (E) expressão das desigualdades da sociedade capitalista madura, em que o projeto ético-político da profissão rompeu com seu passado conservador, a favor dos interesses da classe trabalhadora.

06 Marilda Iamamoto identifica, em capítulo do livro *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais* (CFESS-ABEPSS, 2009), que, desde os anos 1980, o debate no Serviço Social tem sido polarizado por um duplo e contraditório movimento. Esse movimento opõe

- (A) o reconhecimento da questão social como matéria-prima ou objeto do trabalho do Serviço Social e a ênfase dada às intervenções pautadas no desenho e orientações das políticas públicas.
- (B) a fragmentação das políticas sociais em setores ou áreas de intervenção e em segmentos populacionais e a perspectiva de promoção da noção inclusiva e articulada de seguridade social.
- (C) o processo de ruptura teórica e política com o lastro conservador de suas origens e o revigoramento de uma reação (neo) conservadora aberta e/ou disfarçada em aparências que a dissimulam.
- (D) a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas condições sociais objetivas e a vontade e/ou consciência coletiva dos agentes profissionais na sua condição de sujeitos.
- (E) o lugar das organizações políticas da categoria no âmbito do movimento mais amplo das classes sociais e a realidade concreta do mercado de trabalho e os objetivos do mandato institucional.

07 Tomando por base o livro *Política Social: fundamentos e história*, de autoria de Elaine Behring e Ivanete Boschetti, pode-se afirmar que

- (A) o neoliberalismo ganha força nos anos 1990, impulsionado pelas transformações ocorridas no processo de acumulação capitalista, exigindo maior intervenção do Estado para corrigir falhas do mercado e assegurar a reprodução social dos trabalhadores.
- (B) a gênese da política social está nas lutas travadas pela classe trabalhadora ao final do século XIX, a partir do reconhecimento da questão social como “situação social-problema” que demanda intervenção do Estado e de instituições sociais.
- (C) a emergência dos chamados *welfare states* no segundo pós-guerra nos países de capitalismo central se deve a iniciativas exclusivas de partidos da social-democracia eleitos nesses países e seus efeitos na mobilização das classes sociais.
- (D) a despeito das diferenças dos pontos de partida no desenvolvimento capitalista de cada país, a política social tende a convergir em direção à ampliação das intervenções estatais como parte do reconhecimento da cidadania universal.
- (E) as primeiras iniciativas reconhecíveis de política social se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento de intervenção estatal.

08 O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, estabelece que “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. A garantia da prioridade a que se refere o ECA compreende:

- (A) atendimento prioritário nos serviços de saúde e de assistência social.
- (B) celeridade nos casos de destituição do poder familiar devido à violência doméstica.
- (C) precedência no atendimento prestado pelo Conselho Tutelar.
- (D) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- (E) primazia do Estado sobre a família na proteção social de crianças e adolescentes.

09 No texto intitulado *O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais*, de 2007, Ney Almeida assinala algumas questões centrais para se pensar a atuação de assistentes sociais na política educacional. Uma delas é

- (A) o imperativo de estabelecer regras impessoais, transparentes e universais que abranjam os processos formativos em todos os níveis de ensino e garantam o pluralismo de ideias e de concepções e práticas pedagógicas.
- (B) o reconhecimento do caráter ontológico da educação, organicamente articulada à reprodução da vida social, cuja ênfase se dá em sua dimensão escolarizada em detrimento da sua função política.
- (C) a afirmação da educação como direito social de cidadania e, portanto, uma conquista da classe trabalhadora em direção à emancipação humana, trazendo novas requisições aos profissionais de Serviço Social inseridos nesse campo sócio-ocupacional.
- (D) a necessidade de considerar a dinâmica da política educacional e sua extensa e complexa capilaridade institucional em relação às transformações em curso tanto no mundo do trabalho quanto no da cultura.

(E) a compreensão do caráter conservador que permeia o Novo Ensino Médio, na medida em que ele antecipa a preparação para o mercado de trabalho como condição essencial para o aprofundamento do processo de expropriação do trabalhador.

10 De acordo com Yolanda Guerra, no livro organizado em conjunto pelo CFESS e pela ABEPSS, de 2009, *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*, a perspectiva de totalidade configura um dos fundamentos constitutivos do método crítico-dialético e considera que:

- (A) o conhecimento da realidade concreta em suas múltiplas determinações exige identificar as regras gerais, exteriores aos sujeitos, que condicionam e coagem a ação desses sujeitos.
- (B) o discurso da neutralidade científica merece ser refutado, na medida em que se reconhece a incapacidade da racionalidade em cumprir o papel de esteio de um julgamento ético e político.
- (C) as três dimensões que compõem uma realidade social (universal, particular e singular) são partes constitutivas de um mesmo objeto de estudo, articulando-se entre si.
- (D) a produção de conhecimento é sempre aproximativa, na medida em que a realidade objetiva é intrinsecamente contraditória e só pode ser apreendida por meio de suas manifestações fenomênicas.
- (E) mais do que um método, a dialética consiste em um sistema filosófico em si, no qual a compreensão da totalidade envolve um processo racional capaz de identificar a probabilidade lógica dos fenômenos.

11 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, prevê a criação do Fórum dos Conselhos Escolares, um colegiado de caráter deliberativo que tem como finalidades o fortalecimento dos Conselhos Escolares de sua circunscrição e a efetivação do processo democrático nas unidades educacionais e nas diferentes instâncias decisórias, com vistas a melhorar a qualidade da educação. São princípios norteadores do Fórum dos Conselhos Escolares:

- (A) democratização da educação; universalização do acesso e permanência; qualidade social da educação.
- (B) democratização da gestão; democratização do acesso e permanência; qualidade social da educação.
- (C) democratização do acesso; avaliação da permanência; qualidade técnica da formação.
- (D) democratização da gestão; incremento do acesso e permanência; qualidade social da educação.
- (E) democratização da gestão; democratização do acesso, independentemente da permanência; qualidade social da educação.

12 É um dos deveres definidos pelo Código de Ética Profissional de Assistentes Sociais, ao tratar da relação com as instituições empregadoras e outras, no capítulo II, art.8º:

- (A) contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária.
- (B) contribuir para a conscientização da população usuária dos aparatos institucionais, orientando sua demanda de forma adequada.
- (C) contribuir para a manutenção das relações institucionais, orientando as legítimas demandas de interesse da população usuária.
- (D) contribuir para a subversão das correlações de forças institucionais, apoiando quaisquer demandas da população usuária.
- (E) contribuir para a sublevação das correlações de forças institucionais, apoiando quaisquer demandas da população usuária.

13 O Conselho Federal de Serviço Social, na publicação intitulada *Serviço Social na Educação* (2001) considera, entre as possíveis contribuições do serviço social, a identificação de fatores determinantes para os processos que mais afligem o campo educacional, citando, entre esses fatores:

- (A) evasão escolar, comportamentos inadequados, famílias pobres, comportamentos agressivos e de risco, etc.
- (B) evasão escolar, estrutura familiar, atitudes e comportamentos agressivos, baixa renda, etc.
- (C) evasão escolar, notas baixas, violência escolar, bullying, comportamentos agressivos e de risco, etc.
- (D) evasão escolar, baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, de risco, etc.
- (E) evasão escolar, baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, bullying, etc.

14 No texto *Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação*, o Conselho Federal de Serviço Social, no item 2.3 – As ações profissionais dos(as) assistentes sociais na Política de Educação, considera que há exigência de um conjunto de competências específicas que devem articular diversas dimensões da atuação profissional. Faz parte desse conjunto de dimensões:

- (A) a dimensão pedagógica-interpretativa, com informações sobre a rede de serviços sociais e religiosos para melhor esclarecimentos dos(as) usuários(as) sobre as opções oferecidas.
- (B) a dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora das informações institucionais, para dar conhecimento sobre as regras a serem seguidas pelos usuários dos serviços da política de educação.
- (C) a dimensão pedagógica-interpretativa e socializadora das informações e conhecimento no campo das relações comunitárias, familiares e institucionais, da rede de serviços e da legislação social.
- (D) a dimensão pedagógico-interpretativa, comunitária e familiar, oferecendo informações sobre a rede de serviços e as rotinas institucionais a serem obedecidas e nunca questionadas.

(E) a dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora das informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social.

15 Fávero em CFESS (2014, p. 40) considera que um elemento na prática cotidiana favorece a cristalização do pensar e do agir, impossibilitando mudanças. Para a autora, essa cristalização do pensamento é traduzida em preconceitos e produzida por um elemento específico que é dotado de intencionalidade. O elemento que promove esse processo, é, segundo a autora:

- (A)** preconceito.
- (B)** consciência crítica.
- (C)** intencionalidade.
- (D)** desmotivação.
- (E)** alienação.

16 Para Gaudêncio Frigotto (Frigotto, 2015, p. 206), as mudanças da base material e política das relações sociais capitalistas trouxeram um caráter regressivo em todas as esferas da sociedade e seu preço é a perda de direitos da classe trabalhadora. Para o autor, as novas noções – sociedade do conhecimento, qualidade total, formação por competências, empregabilidade – mascaram a regressão:

- (A)** moral e religiosa subjacente.
- (B)** social e educacional subjacente.
- (C)** civil e política subjacente.
- (D)** social e trabalhista subjacente.
- (E)** social e política subjacente.

17 Marilda Iamamoto (CFESS, 2012, p. 64), ao tratar das questões pertinentes ao trabalho das equipes interdisciplinares, considera que é preciso desmistificar a ideia de que há uma diluição das particularidades profissionais no trabalho integrado de diferentes categorias. Para a autora, ao contrário, a equipe condensa uma unidade:

- (A)** de diversidades.
- (B)** transdisciplinar.
- (C)** interdisciplinar.
- (D)** multidisciplinar.
- (E)** heteróclita.

18 Regina Célia Miotto (Miotto, 2012, p.172) ressalta a importância da interpretação e do direcionamento das demandas das famílias pelos(as) assistentes sociais. Para a autora, essas demandas são expressões das necessidades decorrentes das desigualdades sociais e não podem ser tomadas como problemas de família. Trata-se de um desafio que demanda a adoção como carro chefe, para o conhecimento das famílias, da categoria

- (A)** da responsabilidade da proteção social ao grupo familiar.
- (B)** do inventário e da história de seus problemas e dificuldades.
- (C)** das necessidades humanas e a sua estrutura de cuidado e proteção.
- (D)** da desestrutura familiar sob a égide do Estado neoliberal.
- (E)** do cuidado familiar paliativo e do voluntariado alternativo.

19 A Lei Federal nº 8.662/1993 define em seu art. 4º as competências do(a) assistente social. Entre essas competências, pode-se citar:

- (A)** orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de respeitar as rotinas institucionais na defesa de seus direitos.
- (B)** orientar indivíduos, famílias e comunidade no sentido de identificar recursos e fazer uso destes no atendimento e na defesa de seus direitos.
- (C)** orientar indivíduos, grupos e comunidade no sentido de identificar recursos e fazer uso destes, respeitando o limite da responsabilidade fiscal.
- (D)** orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.
- (E)** orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de respeitar a diversidade e reconhecer seus direitos.

20 Para Charles Toniolo de Sousa (Sousa, 2008, p.123), uma prática profissional competente e qualificada tem os instrumentos e técnicas definidos pelos

- (A)** compromissos políticos.
- (B)** objetivos profissionais.
- (C)** espaços sócio-ocupacionais.
- (D)** programas sociais.
- (E)** comprometimentos éticos.

Tópico: Língua Portuguesa

“Ser professora é um estilo de vida” (Wallace Cardozo, Rede Galápagos, Salvador)

No Recife, professora diz ter encontrado propósito de vida depois de começar a atuar com educação infantil: “Vou alfabetizar quantas crianças eu puder”



O período de isolamento acabou sendo uma oportunidade para que nós, educadores, buscássemos novas soluções para a sala de aula. Na Internet, encontrei o Polo e resolvi fazer a formação Experiência e Protagonismo: a BNCC na Educação Infantil. Entendi que é preciso envolver a família para garantir o direito à aprendizagem das crianças pequenas. Pensando nisso, desenvolvi um *podcast*, o Educação & Família. Eu gravava em casa e enviava aos pais e responsáveis. Dessa forma, por menor que fosse seu nível de alfabetização, era possível estimular as crianças em casa.

Enquanto estive fazendo o *podcast*, ainda não havia conhecido a minha turma pessoalmente. Quando finalmente retornamos à modalidade presencial, fiquei surpresa ao perceber que algumas das crianças já liam. O comprometimento da família é fundamental para a aprendizagem, e eu pude perceber isso também dentro de casa. Durante a pandemia, investi muito no incentivo à leitura para os meus dois filhos. Comprei livros e li com eles, que também voltaram à escola lendo.

Além de professora sou gestora do Instituto Mucambo, cuja sede fica no quintal de minha casa. A organização surgiu para formalizar um projeto que outros educadores e eu já realizávamos, chamado Leituras Brincantes. Com crianças em situação de vulnerabilidade, realizamos atividades como mediação de leitura, contação de histórias e distribuição de livros, além de arrecadação e

doação de alimentos. No mesmo intuito de envolver as famílias, fazemos periodicamente rodas de leitura com as mães.

Inscrevemos o Instituto Mucambo no programa *Leia com uma criança* e recebemos caixas de livros. Nesse processo, fiz mais uma formação no Polo, dessa vez voltada à mediação de leitura para o público infantil. Gosto dos cursos da plataforma porque são objetivos e práticos. Esse tipo de abordagem é muito importante para professores porque geralmente temos muita vontade de aprender, mas pouco tempo. Usei os livros na escola, no instituto e também em casa. Por aqui, o maior sucesso foi o *Meu crespo é de rainha*. Ao final da leitura, meus filhos perguntaram se o cabelo deles é crespo. Quando eu disse que não, disseram que queriam ter o cabelo crespo.

Alfabetizar é o meu propósito. Em minha trajetória, pretendo ensinar a leitura e a escrita a quantas crianças conseguir. Esse é um direito delas. Fico pensando como seria a minha vida se eu não soubesse ler e escrever. Que perspectiva de vida têm aquelas pessoas que não são alfabetizadas? Foi por meio desse propósito que me encontrei ao começar a trabalhar com a educação infantil.

Antes disso, atuei com o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Formada em letras, dava aulas de inglês e de língua portuguesa, até começar a lecionar na rede municipal, em 2016. Eu já entendia que a alfabetização era uma questão delicada, mesmo sem saber como funciona esse processo. Tive alunos do terceiro ano do ensino médio que não tinham autonomia para escrever.

A educação infantil me fez entender vulnerabilidades, como a pobreza e outras violações de direito. Esses contextos também existiam na realidade dos outros públicos com quem eu trabalhava antes, mas as crianças não mentem. Elas me dizem que estão com fome, ou que passaram a noite trabalhando, ou mesmo que sofreram algum tipo de abuso. Alfabetizar crianças expostas a situações de vulnerabilidade ocasionadas pela pobreza é um desafio enorme.

Desde que tive esse choque de realidade pela primeira vez, busco entender o impacto da pobreza no desenvolvimento cognitivo da criança. Durante a pandemia, por exemplo, enviamos fichas de atividades. Não funcionavam muito bem porque as fichas devem ser a finalização de todo um processo lúdico de ensino e aprendizagem, e os pais não são (nem têm que ocupar o papel de)

professores. Uma parcela relevante deles tem um grau de escolaridade muito básico, o que aumentava o desafio.

Ser professora é mais do que uma profissão. É um estilo de vida. Nós pensamos e falamos em educação 24 horas por dia, 7 dias por semana. O Instituto Mucambo, espaço onde posso experimentar, tem me ajudado muito nesse processo. Levo para a escola o que aprendo lá, e vice-versa. Trabalhar com crianças em vulnerabilidade é aprender todos os dias que não dá pra atuar só com um livro na mão numa realidade de insegurança alimentar. Como diz a letra da canção, “a gente quer comida, diversão e arte”.

Disponível em: https://www.itausocial.org.br/noticias/ser-professora-e-um-estilo-de-vida/?gad_source=1&gclid=CjwKCAiAp5qsBhAPEiwAP0qeJjaATmxip8Xd_91FihDufStbSH1dmUZORUMHWGygoZiMKDyE6bdBoCQvUQAvD_BwE. Acesso em 23 dez.2023.

21 Em relação à sintaxe, aponte o período em que o trecho destacado tem função de objeto direto.

- (A) “Durante a pandemia, investi muito no incentivo à leitura para os meus dois filhos.”
- (B) “Antes disso, atuei com o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA).”
- (C) “Nesse processo, fiz mais uma formação no Polo, dessa vez voltada à mediação de leitura para o público infantil.”
- (D) “Ao final da leitura, meus filhos perguntaram se o cabelo deles é crespo.”
- (E) “Ser professora é mais do que uma profissão.”

22 No trecho “Durante a pandemia, investi muito no incentivo à leitura para os meus dois filhos. Comprei livros e li com eles, que também voltaram à escola lendo”, encontram-se duas marcações do fenômeno da crase. É correto afirmar que crase nada mais é que

- (A) o sinal gráfico superposto ao artigo definido que antecede um substantivo feminino.
- (B) um recurso utilizado pela autora para desfazer ambiguidades.
- (C) um fenômeno fonético que consiste na fusão entre duas vogais iguais.
- (D) uma forma de indicar movimento na direção de um lugar ou de algum ser.
- (E) a maneira como se deve marcar um adjunto adverbial de lugar.

23 O texto “Ser professora é um estilo de vida” tem claramente a finalidade de esclarecer o leitor por meio da apresentação de um determinado assunto. Em linguagem clara e concisa, o autor desse tipo de texto não tem a pretensão de convencer o leitor, mas apenas manifestar seu ponto de vista, sua ideia. É correto afirmar, então, que esse é um texto do tipo

- (A) descritivo.
- (B) expositivo.
- (C) narrativo.
- (D) injuntivo.
- (E) argumentativo.

24 Considerando que o “a”, como palavra, pode ser classificada como artigo definido, preposição ou pronome pessoal, observe as seis ocorrências que se encontram no parágrafo “Alfabetizar é o meu propósito. Em minha trajetória, pretendo ensinar a leitura e a escrita a quantas crianças conseguir. Esse é um direito delas. Fico pensando como seria a minha vida se eu não soubesse ler e escrever. Que perspectiva de vida têm aquelas pessoas que não são alfabetizadas? Foi por meio desse propósito que me encontrei ao começar a trabalhar com a educação infantil”. É correto afirmar que trata-se de

- (A) artigo definido em todas as ocorrências.
- (B) artigo na primeira, quarta e quinta ocorrência, preposição na sexta e pronome pessoal na segunda e na terceira.
- (C) pronome pessoal na terceira e na sexta ocorrência, artigo definido na segunda e preposição nas demais.
- (D) preposição na terceira e na sexta ocorrência, pronome pessoal na primeira e artigo definido nas demais.
- (E) preposição na terceira e na quinta ocorrência, sendo artigo nas demais.

25 De acordo com as regras gramaticais, ao contrário do verbo regular, verbo irregular é aquele que pode não apresentar as mesmas desinências do paradigma da conjugação a que pertence e/ou, em termos fonéticos, pode sofrer alterações no seu radical. Tendo isso em consideração, marque a opção em que todas as formas verbais retiradas do texto pertencem a verbos irregulares.

- (A) *estão – sendo – disseram – quer*
- (B) *estão – fiquei – surgiu – disseram*
- (C) *fiquei – surgiu – pensamos – acabou*
- (D) *pensamos – acabou – quer – posso*
- (E) *entendia – acabou – estão – surgiu*

26 No período “Elas me dizem que estão com fome, ou que passaram a noite trabalhando, ou mesmo que sofreram algum tipo de abuso”, observa-se a presença da palavra “que” no papel de conjunção integrante. Tendo ciência disso, marque o trecho em que o “que” destacado tem a mesma classificação.

- (A) “A organização surgiu para formalizar um projeto **que** outros educadores e eu já realizávamos, chamado Leituras Brincantes.”
- (B) “Trabalhar com crianças em vulnerabilidade é aprender todos os dias **que** não dá pra atuar só com um livro na mão numa realidade de insegurança alimentar.”
- (C) “Que perspectiva de vida têm aquelas pessoas **que** não são alfabetizadas?”
- (D) “Comprei livros e li com eles, **que** também voltaram à escola lendo.”
- (E) “A organização surgiu para formalizar um projeto **que** outros educadores e eu já realizávamos, chamado Leituras Brincantes.”

27 Com relação ao curso de formação realizado pela professora, é INCORRETO afirmar que esse curso é

- (A) prático e objetivo.
- (B) realizado a distância por meio de uma plataforma.
- (C) importante para quem dispõe de pouco tempo e muita vontade de aprender.
- (D) tem como foco a mediação de leitura para o público infantil.
- (E) destinado à melhoria de desempenho no Ensino Médio e no EJA.

28 De acordo com o relato da professora Rebeca, a relação com seus alunos em situação de vulnerabilidade se deu presencialmente

- (A) por meio do *podcast* Educação & Família.
- (B) assim que ela encerrou sua formação em Experiência e Protagonismo: a BNCC na Educação Infantil.
- (C) após o período de isolamento decorrente da pandemia.
- (D) quando ela começou a lecionar na rede municipal.
- (E) na sede do projeto Leituras Brincantes.

29 Aponte o período em que a expressão destacada é um complemento nominal.

- (A) “Entendi que é preciso envolver a família para garantir o direito **à aprendizagem das crianças pequenas.**”
- (B) “Desde que tive esse choque de realidade pela primeira vez, busco entender o impacto da pobreza **no desenvolvimento cognitivo da criança.**”
- (C) “Nós pensamos e falamos em educação **24 horas por dia, 7 dias por semana.**”
- (D) “Uma parcela relevante deles tem um grau **de escolaridade muito básico,** o que aumentava o desafio.”
- (E) “Foi por meio desse propósito que me encontrei ao começar a trabalhar **com a educação infantil.**”

30 A preposição “com” pode indicar companhia, ajuntamento, simultaneidade, modo, meio, instrumento, etc. Em um dos fragmentos a seguir essa preposição indica companhia. Aponte-o.

- (A) “Trabalhar **com** crianças em vulnerabilidade é aprender todos os dias que não dá pra atuar só com um livro na mão numa realidade de insegurança alimentar.”
- (B) “Foi por meio desse propósito que me encontrei ao começar a trabalhar **com** a educação infantil.”
- (C) “Antes disso, atuei **com** o ensino médio e a educação de jovens e adultos.”
- (D) “Durante a pandemia, investi muito no incentivo à leitura para os meus dois filhos. Comprei livros e li **com** eles, que também voltaram à escola lendo.”
- (E) “Elas me dizem que estão **com** fome, ou que passaram a noite trabalhando, ou mesmo que sofreram algum tipo de abuso.”

Tópico: Lei Orgânica do Município de Niterói

31 A competência do Município de prover tudo quanto diga respeito ao interesse local e ao bem-estar da população

- (A) refere-se à competência privativa.
- (B) refere-se à competência comum.
- (C) refere-se à competência suplementar.
- (D) refere-se à competência residual.
- (E) não se refere à competência.

32 Segundo a Lei Orgânica do Município de Niterói, é(são) competência(s) privativa(s) do Município

- (A) estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito; registrar concessões de direito de pesquisa.
- (B) preservar as florestas, a fauna e a flora; proteger o meio ambiente e combater a poluição.
- (C) elaborar o orçamento anual e o plurianual de investimentos; fixar locais para estabelecimentos de pontos de táxis e demais veículos.
- (D) dispor sobre registro de vacinação e captura de animais; proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.
- (E) prestar assistência, nas emergências médico-hospitalares de pronto-socorro, por seus próprios serviços.

33 Sobre a competência suplementar, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ao Município compete suplementar a legislação Federal e Estadual, sem necessidade de se deter ao seu peculiar interesse.
- (B) Ao Município compete suplementar somente a legislação Federal, no que couber e naquilo que se referir ao seu peculiar interesse.
- (C) Ao Município compete suplementar somente a legislação Estadual, no que couber e naquilo que se referir ao seu peculiar interesse.
- (D) Ao Município compete suplementar a legislação Federal e Estadual, no que couber e naquilo que se referir ao seu peculiar interesse.
- (E) Ao Município compete suplementar os assuntos locais no que couber e naquilo que se referir ao seu peculiar interesse.

34 São condições de elegibilidade para o mandato do Vereador, na forma da lei federal

- (A) nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição, filiação partidária, idade mínima de dezoito anos.
- (B) pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição, filiação partidária, idade mínima de dezoito anos.
- (C) nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição, filiação partidária, sem idade mínima.
- (D) nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição, filiação partidária, idade mínima de dezesseis anos.
- (E) nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, filiação partidária, idade mínima de dezesseis anos.

35 As entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que compõem a Administração Indireta do Município, classificam-se em

- (A) fundação pública e autarquia.
- (B) autarquia, órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura, empresa pública.
- (C) órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura, fundação pública, sociedade de economia mista.
- (D) empresa pública, sociedade de economia mista, fundação pública.
- (E) autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação pública.

36 As empresas públicas e as sociedades de economia mista, criadas para a prestação de serviços públicos ou como instrumento de atuação no domínio econômico, sujeitam-se

- (A) às normas relativas às licitações e à contratação de pessoal, não definidas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município de Niterói.
- (B) às normas relativas à contratação de pessoal, definidas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município de Niterói.

- (C) às normas relativas às licitações e à contratação de pessoal, definidas na Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município de Niterói.
- (D) às normas relativas às licitações e à contratação de pessoal, definidas na Constituição Federal.
- (E) às normas relativas às licitações e à contratação de pessoal, definidas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município de Niterói.

37 Sobre a publicação de leis, decretos, resoluções e atos administrativos municipais dispõe a Lei Orgânica do Município de Niterói. Assinale a opção correta.

- (A) Será feita apenas em órgão da imprensa local.
- (B) Será feita em órgão da imprensa local ou regional.
- (C) Não precisa ser feita publicação.
- (D) Será feita apenas nas redes sociais.
- (E) Será feita por servidores qualificados.

38 Conforme estabelecido na Lei Orgânica do Município de Niterói, a Administração Pública tem o dever de anular seus próprios atos quando

- (A) eivados de vícios e submetidos à procuradoria.
- (B) eivados de vícios, ainda que não os torne ilegais.
- (C) eivados de vícios, entretanto são legais.
- (D) eivados de vícios que os tornem ilegais.
- (E) eivados de vícios, desde que autorizados pelo chefe do Poder Executivo Municipal.

39 NÃO poderá contratar com o Poder Público Municipal

- (A) pessoa física em débito com o sistema de seguridade social, conforme estabelecido em lei estadual.
- (B) pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, conforme estabelecido em lei federal.
- (C) pessoa jurídica e física em débito com o sistema de seguridade social, conforme estabelecido em lei estadual.
- (D) pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, conforme estabelecido em lei estadual.
- (E) pessoa física em débito com o sistema de seguridade social, conforme estabelecido em lei municipal.

40 A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social NÃO poderá receber do Poder Público Municipal. Assinale a opção correta.

- (A) Apenas incentivos fiscais.
- (B) Somente benefícios creditícios.
- (C) Benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- (D) Somente benefícios fiscais em casos de anistia.
- (E) Exclusivamente anistia.

Tópico: Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói

41 O Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói dispõe sobre o Acesso. É a elevação do funcionário da classe final de uma série de classes à classe inicial de outra do mesmo grupamento ocupacional, ou diferente, observando o interstício na classe, reservadas

Assinale a opção correta.

- (A) 25% (Vinte e cinco por cento) das vagas para provimento por concurso público ou interno.
- (B) 30% (trinta por cento) das vagas para provimento por concurso público ou interno.
- (C) 50% (cinquenta por cento) das vagas para provimento por concurso público ou interno.
- (D) 50% (cinquenta por cento) das vagas somente para provimento por concurso público externo.
- (E) 60% (sessenta por cento) das vagas para provimento por concurso público ou interno.

42 São requisitos para a posse, segundo o disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói:

- (A) nacionalidade brasileira ou portuguesa na forma da lei; idade de 18 (dezoito) anos; pleno gozo dos direitos políticos; quitação com as obrigações militares; bom procedimento, comprovado por atestado de autoridade ou pessoa idônea; boa saúde, comprovada em exame médico realizado pelo órgão oficial da Prefeitura; habilitação em concurso público de provas ou provas e títulos, nos casos de provimento inicial em cargo efetivo; cumprimento das condições especiais previstas em lei ou regulamento para determinados cargos.
- (B) nacionalidade brasileira ou portuguesa na forma da lei; idade de 21 (vinte e um) anos; pleno gozo dos direitos políticos; quitação com as obrigações militares; bom procedimento, comprovado por atestado de autoridade ou pessoa idônea; boa saúde, comprovada em exame médico realizado pelo órgão oficial da Prefeitura; habilitação em concurso público de provas ou provas e títulos, nos casos de provimento inicial em cargo efetivo; cumprimento das condições especiais previstas em lei ou regulamento para determinados cargos.
- (C) nacionalidade brasileira; idade de 18 (dezoito) anos; pleno gozo dos direitos políticos; quitação com as obrigações militares; bom procedimento, comprovado por atestado de autoridade ou pessoa idônea; boa saúde, comprovada em exame médico realizado pelo órgão oficial da Prefeitura; habilitação em concurso público de provas ou provas e títulos, nos casos de provimento inicial em cargo efetivo; cumprimento das condições especiais previstas em lei ou regulamento para determinados cargos.
- (D) nacionalidade brasileira ou portuguesa na forma da lei; idade de 18 (dezoito) anos; pleno gozo dos direitos políticos; quitação com as obrigações militares; bom procedimento, comprovado por atestado de autoridade ou pessoa idônea; boa saúde, comprovada em exame médico realizado pelo órgão oficial da Prefeitura; habilitação em concurso público de provas ou provas e títulos, nos casos de provimento inicial em cargo efetivo.

(E) nacionalidade brasileira, portuguesa ou americana na forma da lei; idade de 21 (Vinte e um) anos; pleno gozo dos direitos políticos; quitação com as obrigações militares; bom procedimento, comprovado por atestado de autoridade ou pessoa idônea; boa saúde, comprovada em exame médico realizado pelo órgão oficial da Prefeitura; habilitação em concurso público de provas ou provas e títulos, nos casos de provimento inicial em cargo efetivo; cumprimento das condições especiais previstas em lei ou regulamento para determinados cargos.

43 O Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói dispõe sobre o prazo do início do exercício do cargo. Assinale a opção correta.

- (A) Prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação oficial do ato, no caso de reintegração; da publicação oficial do ato, de provimento em função gratificada.
- (B) Prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação oficial do ato, no caso de reintegração; da publicação oficial do ato, de provimento em função gratificada; da posse, nos demais casos.
- (C) Prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da publicação oficial do ato, no caso de reintegração; da publicação oficial do ato, de provimento em função gratificada; da posse, nos demais casos.
- (D) Prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação oficial do ato, no caso de reintegração; da posse, nos demais casos.
- (E) O Estatuto não prevê prazo do início do exercício do cargo.

44 O Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói elenca os deveres do funcionário municipal. Assinale a opção que descreve ao menos três deveres.

- (A) Assiduidade, lealdade e respeito às normas legais e regulamentares, e aproveitamento.
- (B) Assiduidade, pontualidade, urbanidade, discrição e boa conduta.
- (C) Pontualidade, reversão, acesso e boa conduta.
- (D) Urbanidade, nomeação, reintegração e promoção.
- (E) Promoção, acesso e reintegração.

45 As licenças serão concedidas nos seguintes casos:

- (A) motivo de doença em pessoa da família; repouso à gestante; serviço militar obrigatório; licença para acompanhar o cônjuge; para trato de interesse particular; especial; desempenho de mandato legislativo ou executivo.
- (B) tratamento de saúde; motivo de doença em pessoa da família; repouso à gestante; serviço militar obrigatório; licença para acompanhar o cônjuge; para trato de interesse particular; especial; desempenho de mandato apenas legislativo.
- (C) tratamento de saúde; motivo de doença em pessoa da família; repouso à gestante; serviço militar obrigatório; licença para acompanhar o cônjuge; para trato de interesse particular; desempenho de mandato legislativo ou executivo.
- (D) tratamento de saúde; motivo de doença em pessoa da família; repouso à gestante; licença para acompanhar o cônjuge; para trato de interesse particular; especial; desempenho de mandato legislativo ou executivo.
- (E) tratamento de saúde; motivo de doença em pessoa da família; repouso à gestante; serviço militar obrigatório; licença para acompanhar o cônjuge; para trato de interesse particular; especial; desempenho de mandato legislativo ou executivo.

46 A falta do servidor ao serviço importará em perda integral das gratificações não incorporadas ao vencimento do respectivo mês, desde que ocorra

- (A) por mais de 2 (dois) dias seguidos ou alternados, desde que não devidamente justificada.
- (B) por mais de 3 (três) dias alternados, desde que não devidamente justificada.
- (C) por mais de 3 (três) dias seguidos ou alternados, desde que não devidamente justificada.
- (D) por mais de 3 (três) dias seguidos, desde que não devidamente justificada.
- (E) por mais de 4 (quatro) dias seguidos, desde que não devidamente justificada.

47 De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói, a responsabilidade administrativa resulta de

- (A) atos praticados ou omissões ocorridas no desempenho do cargo ou função, ou fora dele, quando comprometedoras apenas da dignidade.
- (B) omissões ocorridas no desempenho do cargo ou função, ou fora dele, quando comprometedoras da dignidade e do decoro da função pública.
- (C) atos praticados ou omissões ocorridas no desempenho do cargo ou função, ou fora dele.
- (D) atos praticados ou omissões ocorridas no desempenho do cargo ou função, ou fora dele, quando comprometedoras da dignidade e do decoro da função pública.
- (E) atos praticados ou omissões ocorridas por terceiros no desempenho do cargo ou função, ou fora dele, quando comprometedoras da dignidade.

48 A pena de suspensão será aplicada ao servidor público do município de Niterói nos seguintes casos:

- (A) falta grave; desrespeito a proibições que, pela sua natureza, não ensejarem pena de demissão; reincidência em falta já punida com pena de repreensão.
- (B) falta grave; desrespeito a proibições que, pela sua natureza, não ensejarem pena de demissão; reincidência em falta já punida com pena de suspensão.
- (C) falta grave; desrespeito a proibições que, pela sua natureza, não ensejarem pena de demissão; reincidência em falta já punida com pena de advertência.
- (D) desrespeito a proibições que, pela sua natureza, não ensejarem pena de demissão; reincidência em falta já punida com pena de repreensão.
- (E) falta grave; reincidência em falta já punida com pena de repreensão.

49 Nos casos de ausência ao serviço, sem causa justificada, por mais de 60 (sessenta) dias, intercaladamente, durante o período de 12 (doze) meses, será aplicada a pena de

- (A) advertência verbal.
- (B) suspensão.
- (C) multa.
- (D) repreensão.
- (E) demissão.

50 Conforme estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói, prescreverá em

- (A)** 1 (um) ano a falta sujeita às penas de advertência, repreensão, multa ou suspensão. Em 2 (dois) anos, a falta sujeita à pena de demissão ou destituição de função e à cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- (B)** 2 (dois) anos a falta sujeita às penas de advertência, repreensão, multa ou suspensão. Em 5 (cinco) anos, a falta sujeita à pena de demissão ou destituição de função e à cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- (C)** 2 (dois) anos a falta sujeita às penas de advertência, repreensão, multa ou suspensão. Em 4 (quatro) anos, a falta sujeita à pena de demissão ou destituição de função e à cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- (D)** 4 (quatro) anos a falta sujeita às penas de advertência, repreensão, multa ou suspensão. Em 2 (dois) anos, a falta sujeita à pena de demissão ou destituição de função e à cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- (E)** 5 (cinco) anos a falta sujeita às penas de advertência, repreensão, multa ou suspensão. Em 4 (quatro) anos, a falta sujeita à pena de demissão ou destituição de função e à cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

